



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

14136 - Resumo Expandido - Trabalho - 41ª Reunião Nacional da ANPEd (2023)

ISSN: 2447-2808

GT21 - Educação e Relações Étnico-Raciais

RACISMO ESTRUTURAL E AÇÕES AFIRMATIVAS NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ

Cintia Valéria Lima dos Reis - UFPA - Universidade Federal do Pará

Lúcia Isabel da Conceição Silva - UFPA - Universidade Federal do Pará

Agência e/ou Instituição Financiadora: CAPES

RACISMO ESTRUTURAL E AÇÕES AFIRMATIVAS NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ

RESUMO

Este estudo tem como objetivo fazer um histórico das políticas de ações afirmativas dentro da Universidade Federal do Pará-UFPA mostrando de que forma o racismo estrutural impediu a aprovação das cotas raciais na universidade. Utilizou-se como metodologia a pesquisa qualitativa do tipo bibliográfica por meio de um levantamento de referências teóricas em livros, artigos científicos, teses e dissertações que fazem a discussão teórica sobre a temática. As considerações finais deste estudo sugerem que a luta pela conquista de cotas para alunos negros e estudantes quilombolas dentro da UFPA ocorreu por meio de muitos conflitos nos quais a implementação das políticas de ações afirmativas foi pautada no racismo estrutural que retirou a proposta de cotas com o critério exclusivamente racial na UFPA.

Palavras-chave: Ações afirmativas. Racismo estrutural. Política de cotas

INTRODUÇÃO

O estudo é parte de uma pesquisa em andamento, desenvolvida para elaboração da dissertação de mestrado da primeira autora que está vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Pará – PPGED/UFPA. Tem como objetivo analisar as trajetórias de estudantes da UFPA, campus de Belém/PA, ingressantes no ensino superior por meio das políticas de ações afirmativas. O estudo intenta identificar e discutir os processos de acesso e permanência, assim como os desafios enfrentados pelos estudantes cotistas negros(as) e estudantes quilombolas que estudam na UFPA.

Segundo Gonzalez (1988) o racismo é uma relação de poder no qual as sociedades se estruturam em um modelo de hierarquia. Grupos étnicos diferentes, como judeus e mouros, sempre foram sujeitos a violento controle social e político. As sociedades que constituíram a

chamada América Latina herdaram historicamente ideologias de classificação social, racial e sexual, e das técnicas jurídico-administrativas das metrópoles ibéricas. Racialmente sedimentada, negaram formas abertas de segregação, uma vez que as hierarquias sustentam a superioridade do branco como grupo dominante.

Neste contexto, o racismo na sociedade brasileira assume um caráter sofisticado graças a ideologia do branqueamento. Sendo assim, os meios de comunicação de massa propagam a ideia de que os valores ocidentais são únicos e verdadeiros. Diante dessas observações, o objetivo deste ensaio é fazer um histórico das políticas de ação afirmativa dentro da UFPA mostrando de que forma o racismo estrutural impediu a aprovação das cotas raciais na universidade com base nos estudos teóricos que versam sobre esta temática.

METODOLOGIA:

A metodologia deste estudo consiste na pesquisa qualitativa do tipo bibliográfica. De acordo com Severino (2007) a pesquisa bibliográfica se realiza a partir de registros de pesquisas anteriores, em documentos impressos como livros, teses etc. O pesquisador(a) trabalha a partir das contribuições dos autores, a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas. Para este ensaio, foi realizado um levantamento de referências teóricas em livros, artigos científicos, teses e dissertações que fazem a discussão sobre a temática.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DE RESULTADOS

Os debates sobre a implementação da política de cotas nas universidades para a população negra passam a ganhar força a partir da forte pressão dos Movimentos Negros. A partir daí o Estado brasileiro reconhece internacionalmente a existência do racismo institucional na III Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância, promovida pelas Organizações das Nações Unidas (ONU) ocorrida em Durban na África do sul em 31 de agosto a 8 de setembro de 2001. Após a conferência, o Estado se compromete a adotar medidas para a superação do racismo. Logo, universidades estaduais e federais passam adotar políticas para o ingresso da população negra.

Segundo Dutra (2018) a Assembleia Estadual do Rio de Janeiro aprovou cotas de até 40% para pretos e pardos, nas Universidades do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e na Estadual do Norte Fluminense (UENF) naquele mesmo ano. No segundo semestre de 2004, foi a vez da Universidade de Brasília, primeira Instituição de Ensino Superior (IES) federal a instituir o sistema de cotas para ingresso de estudantes negros e negras.

Na Universidade Federal do Pará- UFPA- a política de ação afirmativa começou a ser discutida em 2002 com a criação do Grupo de Estudos Afro-Amazônicos- GEAAM- vinculado ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da UFPA. Este grupo surgiu com a proposta de atrelar a pesquisa acadêmica à militância política, não se definindo como um Grupo de Pesquisa exclusivamente acadêmico, mas como um espaço de diálogo entre a sociedade e a Universidade.

Em 2004, é criado por docentes da universidade, técnicos e representantes do Movimento Negro o Grupo de Trabalho Políticas de Ações Afirmativas para a população negra. Este GT promoveu debates para discutir as políticas de ação afirmativas com a comunidade acadêmica. O resultado desses debates deu origem a “Proposta de Ação Afirmativa da Universidade federal do Pará de integração de Grupos étnicos discriminados”. (SILVA, 2022)

Nesta proposta previa-se 20% das vagas para alunos negros por um período temporal de 10 anos, reserva de uma vaga em cada curso de graduação para estudantes quilombolas pelo mesmo período. Além de propor bolsas, alojamento e alimentação para estudantes quilombolas em situação de carência, também propunha a implementação de um programa de apoio acadêmico ou psicopedagógico para os cotistas que demonstrasse dificuldades em acompanhar as disciplinas. (SILVA, 2022)

De acordo com Silva (2022) a proposta levava em consideração a questão racial, sendo especificamente voltada para negros/as, indígenas e quilombolas. Além disso, tinha como estratégias o comprometimento de zelar pela permanência dos estudantes na universidade além do comprometimento da administração superior com ações concretas de acompanhamento do processo de implementação. Previa ainda ações de apoio às escolas públicas, integrando o programa de ações afirmativas na UFPA aos debates curriculares da educação básica assim como a implementação das Leis 10.639/2003 e 11.645/2011.

Segundo Melo (2011), as divergências que surgiram na votação do Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE) em 2005 foram colocadas em quatro propostas de cotas: a que constava na proposta apresentada pelo Grupo de Trabalho, que previa 20% das vagas para estudantes negros; a proposta do Reitor colocada no início da reunião, reservando 50% das vagas para alunos egressos de escolas públicas; a proposta pautada pelo representante da Associação de Docentes da UFPA (ADUFPA), que consistia em 50% das vagas para estudantes egressos de escolas públicas, sendo 40% desse percentual destinados a alunos que se autodeclarassem pretos ou pardos, à época esta proposta já ocorria como projeto na câmara federal, e a proposta pautada pelo conselheiro do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), que destinava 20% das vagas para estudantes da escola pública pretos e pardos.

A proposta aprovada por unanimidade ao final da reunião foi a do representante da ADUFPA, que então instituiu na Universidade Federal do Pará, no dia 5 de agosto de 2005, por meio da Resolução de nº 3.361/2005, a política de cotas com 50% das vagas de graduação destinadas para estudantes de escolas públicas e 40% dentro deste percentual para alunos autodeclarados pretos e pardos. A resolução não contemplou estudantes quilombolas e essa política de cotas teria uma vigência de 5 anos, prevendo que fosse feita, ao final desse prazo, uma avaliação.

De acordo com Silva (2022) foi aprovada uma proposta de política de ação afirmativa

que se atem somente ao percentual de vagas a ser reservada ignorando estratégias de acompanhamento do aluno cotista assim como constava no parecer do GT.

Melo (2011) elucida no seu estudo dissertativo que o reitor comentou em depoimento ao Jornal Beira do Rio, em setembro de 2005, que a decisão por cotas sociais utilizou um critério mais universal, a escola pública, que tem a maioria de seus estudantes negros e pardos. Para o reitor, se o CONSEPE optasse apenas pelo critério étnico-racial, muitos negros de melhores condições sociais teriam vantagens sobre brancos pobres estudantes de escolas públicas. Já o técnico administrativo da AUDIN, que fez parte do GT que elaborou a proposta de 20% de cotas para negros, considerou o texto aprovado um avanço mesmo que desconfigurado da proposta original. Considerando que a UFPA perdeu um momento importante de se igualar às outras universidades, cuja decisão foi especificamente pautada no critério étnico-racial (MELO, 2011).

Pouco tempo depois da aprovação das cotas, um artigo escrito por um docente para o jornal Beira do Rio, que circulava no espaço universitário da UFPA, intitulado “Cotas Insensatas” se posiciona contra as cotas com os mesmos argumentos que ocorreram no debate no CONSEPE. Além de utilizar o discurso meritocrático para salientar que as vagas deveriam ser para estudantes intelectualmente mais preparados demonstrou sua insatisfação afirmando que as cotas “queriam resolver injustiças sociais por meios artificiais e que confiscaria a vaga de bons estudantes” (SILVA, 2022, p. 101).

Nessa conjuntura o debate entorno das políticas de ação afirmativa na UFPA até sua materialização perpassou por intensos conflitos e interesses motivados por uma discussão classista e racial, mas que é possível visualizar o racismo estrutural que retirou a proposta de cotas exclusivamente raciais na UFPA. Pois segundo Amador de Deus (2020) a branquidade tenta esvaziar qualquer conquista de reparação histórica da população negra.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Percebe-se que a luta pela conquista de cotas para alunos negros e estudantes quilombolas dentro da UFPA ocorreu por meio de muitos conflitos entre o grupo de trabalho formado por docentes, técnicos e representantes do Movimento negro com os representantes do Conselho. A proposta de cotas raciais foi derrubada com o discurso racista que cotas sociais para estudantes da escola pública abrangeriam alunos negros e brancos pobres. Tais argumentos tentam negar que a questão racial seja um problema e dessa forma anula-se qualquer reivindicação que se baseie no contexto étnico-racial.

Segundo Amador de Deus (2020) o racismo se metamorfoseia a cada momento histórico adquirindo novas faces o que se pode chamar de *personas* (máscaras) do racismo. Assim ele se renova para persistir. Com base nesse contexto, justifica-se a alteração da proposta inicial de cotas somente para negros na UFPA assim como a reserva de vagas para quilombolas também desaparece do parecer. Além de tentar justificar que o problema para ocorrer a exclusão é um problema de classe e não racial assim a implementação de cotas foi

baseada no critério social. Todas manifestações do racismo que se negam a ver a questão racial como construção ideológica e como conjunto de práticas e estruturas sociais tem sido determinante fundamental da posição dos negros e não brancos dentro das relações políticas do capitalismo (SILVA, 2022)

REFERÊNCIAS:

DEUS, Zélia Amador de. **Caminhos. Trilhados na luta antirracista**. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

DUTRA, M. R. P. **Cotistas negros na UFSM e o mundo de trabalho**. Tese. Universidade Federal de Santa Maria/UFSM. Santa Maria. 2018.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. In : **Tempo Brasileiro**. Rio de Janeiro, nº 92/93 (jan/jun) 1988, p 69-82.

MELO, Nairo Bentes. **Reserva de vagas no ensino superior: O processo de implementação das cotas raciais nos cursos de graduação da Universidade Federal do Pará**. 2011. 130 f. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Federal do Pará, Pará, 2011.

SILVA, Lucia Isabel da Conceição. Avaliação das Políticas de Ação Afirmativa no Ensino Superior no Brasil: resultados e desafios futuros Estudo de caso da UFPA. In: CARREIRA, Denise; HERINGER, Rosana. **10 anos da Lei de Cotas: conquistas e perspectivas**. Rio de Janeiro, RJ: Faculdade de Educação UFRJ: Ação Educativa, 2022.